

# entrevista

## Vírus sem endereço: o impacto da epidemia na vida de moradores de rua em São Paulo

Entrevistados

Edvaldo Gonçalves<sup>1</sup> / Janaina Xavier<sup>2</sup> / Robson Mendonça<sup>3</sup>

### Entrevistadores

Igor Matheus Santana Chaves e  
Lidiane Alonso Paixão dos Anjos

### Texto e revisão

Bruno de Pierro

### Palavras-chave

Situação de rua, população,  
COVID-19, saúde pública.

Enquanto milhões de pessoas permanecem fechadas em casa, cumprindo medidas de isolamento social para tentar conter o avanço do novo coronavírus, milhares de pessoas vivem nas ruas o desespero de não ter acesso a informações e práticas de higiene para evitar o contágio pelo vírus Sars-CoV-2, causador da doença Covid-19. Na cidade de São Paulo, os impactos da epidemia na população de rua inspiram atenção, principalmente porque a quantidade de moradores nessas condições cresceu significativamente nos últimos anos. Dados do Censo da População em Situação de Rua 2019 mostram que o número de moradores de rua aumentou 53% em relação a 2015. De acordo com a prefeitura, há atualmente cerca de 24 mil pessoas vivendo sem moradia na capital paulista, mas o número pode ser maior, segundo entidades representativas. “Estima-se que sejam mais de 35 mil pessoas

morando nas ruas de São Paulo, dormindo debaixo de viadutos e marquises”, diz Robson Mendonça, presidente do Movimento Estadual de População em Situação de Rua e membro do comitê Pop Rua, locado na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

As condições típicas dos moradores de rua demandam cuidados especiais, ainda mais diante do alto poder de transmissibilidade da doença, alerta Mendonça. “Várias pessoas dormem em albergues, e isso não mudou com a eclosão da epidemia de coronavírus. Além disso, os centros de atendimento têm pouca ventilação, o que aumenta o risco de contaminação.” Aproximadamente 11 mil pessoas em situação de rua dormiram em centros de acolhida em 2019 – desse total, cerca de 7,6 mil ficaram na mesma unidade de três a mais de seis meses, muitas vezes convivendo com centenas de desconhecidos no mesmo quarto. A falta de acesso a itens básicos de higiene pessoal, como água potável e sabonete, é outro fator que coloca em risco a população de rua.

“  
**Não basta instalar apenas torneiras. Sabemos que apenas água não mata o vírus...**”

”

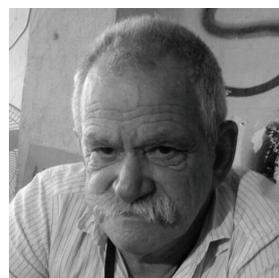
“Não basta instalar apenas torneiras. Sabemos que apenas água não mata o vírus”, afirma Mendonça, referindo-se a uma medida anunciada pela prefeitura no fim de março. A gestão do município começou a instalar piaas públicas em áreas de grande movimentação, para que morado-



1 – Coordenador paulista do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)



2 – Líder comunitária (região da crackolândia), Conselheira do comitê Pop Rua, Membro do conselho gestor da saúde da prefeitura de São Paulo.



3 – Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo.

res de rua possam lavar as mãos durante a epidemia de Covid-19. A água potável é fornecida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e, de acordo com a prefeitura, as pias estão sendo instaladas em áreas de grande aglomeração, principalmente no centro da cidade. Embora a prefeitura tenha se comprometido com a distribuição de sabonetes, na prática isso não vem ocorrendo, ressalta Mendonça. “Além de sabão, a população de rua precisa de álcool gel e máscaras descartáveis.”

Outra preocupação é em relação ao atendimento de pessoas em situação de rua infectadas pelo novo coronavírus. O afrouxamento do isolamento social registrado em São Paulo nas últimas semanas de abril pode comprometer o achatamento da curva de disseminação da doença e sobrecarregar os hospitais e suas unidades de terapia intensiva (UTIs). “Numa situação emergencial dessas, haverá espaço para tratar moradores de rua?”, questiona Edvaldo Gonçalves, coordenador nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e membro do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas-SP).

De Ribeirão Pires, onde cumpre o isolamento, Gonçalves chama a atenção para o fato de que a população costuma ter acesso restrito ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mesmo antes da pandemia. Com o avanço da Covid-19, o problema pode se agravar. “Além de não termos informações sobre a quantidade de moradores de rua que adoecem por causa do coronavírus, não temos perspectiva de que os casos graves terão acesso a leitos hospitalares”, diz Gonçalves, que também participa do Núcleo de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Para Mendonça, que trabalha em um Centro Temporário de Acolhimento (CTA) do município de São Paulo, o poder público não se preparou para implementar ações de prevenção voltadas exclusivamente para a população de rua. O censo realizado pela prefeitura e divulgado em janeiro mostra que, atualmente, existem mais de 17 mil vagas em centros de acolhida na capital. O número aumentou quase 42% em relação a 2015. Embora não sejam suficientes para atender toda a população de rua, uma boa parte das vagas está ociosa. “Essas informações deveriam ajudar a guiar ações mais concretas voltadas para a população que permanece dormindo em calçadas, expostas a várias

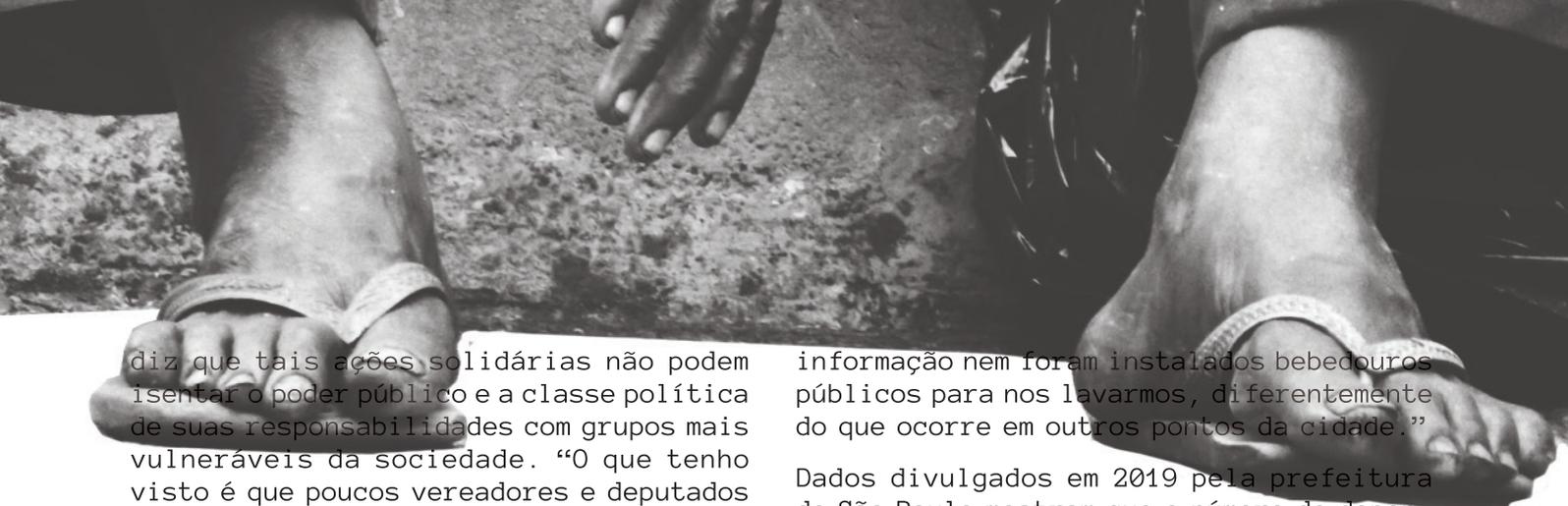
formas de contágio”, observa Mendonça. Ele lembra que muitas pessoas em situação de rua desistem da ideia de dormir em albergues, porque esses locais não permitem a entrada de animais – e muitos muitos desabrigados têm cachorros.

No início do ano, a prefeitura lançou um pacote de ações intitulado Plano de Ação Para Moradores de Rua, que prevê o treinamento de equipes para fazer a abordagem e o acolhimento de pessoas em situação de rua. O pacote também inclui medidas para instalação e reforma de banheiros e bebedouros públicos para acesso à água potável, especialmente em regiões centrais da cidade, onde vive a maior parte da população de rua (45%). “O problema é que aspectos importantes deixados em segundo plano pode, agora, favorecer a disseminação da epidemia nas ruas”, diz Gonçalves. De acordo com ele, por mais que o morador de rua tenha acesso a um banheiro público e possa se lavar, o controle preventivo da doença pode ir por água abaixo se a pessoa não tiver à disposição roupas limpas para usar depois do banho. “Muita gente está nas ruas dormindo com roupas possivelmente contaminadas pelo vírus.”

Por essa razão, doações não só de alimentos, mas também de roupas, são essenciais nesse momento, sublinha Mendonça. Ele enfatiza que muitas pessoas estão em situação mais crítica do que antes da epidemia, porque dependiam de doações, coleta de materiais recicláveis ou venda de balas nos faróis. Devido ao coronavírus, várias organizações não-governamentais e instituições filantrópicas e pastorais saíram das ruas, com receio de contágio, e muitos desabrigados ficaram completamente desassistidos.

Uma das entidades que continuam atendendo a população mais vulnerável nesse momento emergencial é o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), que observou um aumento grande da demanda na distribuição de refeições para moradores de rua. O número de almoços ofertados pelo passou de aproximadamente 400 para 2,5 mil desde o início da quarentena, informou o jornal O Estado de S.Paulo no dia 09 de abril. Em 12 dias, foram mais de 37 mil refeições, entre almoço e jantar, que são agora distribuídas em uma tenda no Largo de São Francisco, no centro da cidade.

Mendonça reconhece o esforço de ONGs, instituições religiosas e parte da população para auxiliar moradores de rua no enfrentamento ao novo coronavírus. No entanto, ele



diz que tais ações solidárias não podem isentar o poder público e a classe política de suas responsabilidades com grupos mais vulneráveis da sociedade. “O que tenho visto é que poucos vereadores e deputados de São Paulo voltam-se para a questão da população de rua. Entre as promessas de ajuda e ação efetivas há um grande abismo”, avalia Mendonça. “Estou o tempo todo mandando mensagens e e-mails para políticos, cobrando medidas concretas para que a população de rua não seja tão impactada durante a pandemia, mas poucos dão ouvidos. Precisamos de tomadores de decisão capazes de atuar na linha de frente em prol dos moradores de rua.”

Na visão dos entrevistados, uma parte da cidade que merece atenção especial é a cracolândia – nome pelo qual ficou conhecida uma área de poucos quarteirões no bairro de Campos Elíseos, em São Paulo. É ali que se concentram milhares de pessoas dependentes de crack. A eclosão da epidemia de Covid-19 não mudou a rotina dos usuários de drogas, conta Janaína Xavier, integrante do comitê Pop Rua e ex-moradora da cracolândia. “Continuo habitando a região, não mais nas ruas, mas ainda lido diariamente com o problema, porque tenho uma filha usuária de crack”, diz Xavier. Estima-se que circulem pela cracolândia cerca de 600 usuários durante a semana e mil nos fins de semana. As autoridades mantêm o patrulhamento na região, com a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar. “Com isso, a violência policial contra usuários de drogas e moradores de rua não perdeu força na cracolândia”, informa Xavier.

De acordo com ela, a pandemia de coronavírus parece não ter sensibilizado o poder público para mudar a forma como aborda os frequentadores da cracolândia. “O usuários não devem ser tratados com tiros, pancadas e bombas, ainda mais agora. Paralelamente a isso, não presenciei nenhuma ação da prefeitura para alertar os moradores da cracolândia sobre os perigos da epidemia”, diz Xavier. “Aqui não chega

informação nem foram instalados bebedouros públicos para nos lavarmos, diferentemente do que ocorre em outros pontos da cidade.”

Dados divulgados em 2019 pela prefeitura de São Paulo mostram que o número de dependentes químicos que receberam atendimento na região da cracolândia subiu de 40 mil em 2016 para mais de 58 mil em 2018. Nos últimos anos, devido a ações controversas, o foco do consumo de crack chegou a mudar de lugar algumas vezes. Se antes se concentrava em ruas da região da Luz, atualmente o fluxo de usuário de crack também é presente em frente a prédios históricos, como a Estação Júlio Prestes e a Sala São Paulo.

Em 2013, o governo estadual aumentou a rigidez e passou a promover internações compulsoriamente. No início de abril, a prefeitura fechou o Atende 2 (Unidade de Atendimento Diário Emergencial), um equipamento público voltado para dependentes de drogas na cracolândia, e encaminhou mais de 200 usuários para um novo serviço no bairro do Glicério. Porém, a Justiça decidiu liminarmente

“  
A  
**violência policial contra usuários de drogas e moradores de rua não perdeu força na cracolândia...**

que o centro de acolhida deve permanecer aberto, por ser “o único ponto de atendimento na região central da cidade, que concentra uma grande parte de pessoas vulneráveis.” Para Xavier, a tentativa de fechar a unidade de atendimento revela o descaso das autoridades com as pessoas que frequentam a cracolândia.

Estudo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) divulgado no ano passado analisou o perfil de quem vive na região. A maioria (68%) é homem, pardo ou negro (76%) e com idade média de 35 anos de idade. Os pesquisadores entrevistaram 240 pessoas. A epidemia do novo coronavírus certamente está agravando os problemas enfrentados por aqueles que são afetados há tempos pela pobreza e pela desigualdade social, avalia Robson Mendonça. O impacto desigual da pandemia, portanto, expõe com mais clareza os determinantes sociais da saúde. “Não posso deixar de pensar que o vírus pode ser ‘aproveitado’ pelo Estado para promover o extermínio de usuários de drogas e a população de rua.”